



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Cabo Verde - MG

Outubro/2024



Produto 2 - Plano de Mobilização Social



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARSAE - Agência Reguladora de Serviços de Água e de Esgoto Sanitário de Minas Gerais

CCP - Comitê de Coordenação do Plano

CEP - Comitê Executivo do Plano

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CP - Contrato de Programa

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

MG - Minas Gerais

nº - Número

ONG - Organização Não Governamental

PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Cabo Verde/MG.	8
Figura 2 - Atores sociais envolvidos na elaboração do PMSB.	10
Figura 3 - Agentes envolvidos na elaboração do PMSB.	17
Figura 4 - Relacionamento entre os agentes.	18
Figura 5 - Modelo de lista de presença.	24
Figura 6 - Modelo de formulário de contribuições.	26
Figura 7 - Exemplo de Website desenvolvido com o objetivo de ser um meio de acesso às informações do PMSB.	27



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais organizações de Cabo Verde/MG.....	10
Quadro 2 - Objetivos da participação social.....	13
Quadro 3 - Prestadores de serviço.	15
Quadro 4 - Níveis de participação social.....	19



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	7
2.	OBJETIVOS	9
2.1.	Objetivos específicos	9
3.	IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS	9
3.1.	Gestão Pública.....	11
3.2.	Poder Legislativo.....	12
3.3.	Comitê de Coordenação do Plano (CCP).....	12
3.4.	Comitê Executivo do Plano (CEP).....	12
3.5.	Sociedade civil	13
3.6.	Escolas	14
3.7.	Prestadores de serviço	15
3.8.	Agência reguladora.....	15
3.9.	Allpa Saneamento e Meio Ambiente	16
4.	AGENTES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO PMSB.....	16
4.1.	Identificação dos agentes envolvidos.....	16
4.2.	Relacionamento entre os agentes.....	17
5.	NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	19
6.	ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	20
6.1.	Estratégia de mobilização local e em rede	20
6.1.1.	Mobilização local.....	20
6.1.1.	Mobilização em rede	21
6.2.	Eventos públicos.....	21
6.2.1.	Programação da audiência pública	22
6.2.2.	Data, hora e local	22
6.2.3.	Estrutura e equipamentos para a audiência pública.....	23
6.2.4.	Vistoria técnica.....	23



6.2.5.	Público-alvo da audiência	23
6.2.6.	Recepção e credenciamento da audiência pública.....	24
6.2.7.	Metodologia de condução da audiência	24
6.3.	Mecanismos de divulgação e comunicação	26
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

Como forma de regulamentação dos serviços de saneamento básico, foi criada a Lei nº 11.445/2007, conhecida como Marco Legal do Saneamento, que estabelece diretrizes básicas para o saneamento e para a política de saneamento, abrangendo o sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, manejo de águas pluviais, limpeza urbana, e manejo de resíduos sólidos. Posteriormente, foi atualizada pela Lei nº 14.026/2020, de forma a se enquadrar melhor à realidade atual do país.

Dentre as diretrizes apresentadas, o artigo 19º da Lei 11.445/2007 estabelece os critérios mínimos para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), que seriam a elaboração do diagnóstico da situação atual do saneamento, a definição de objetivos e metas para garantir a universalização dos serviços, a proposição de programas, projetos e ações que permitam alcançar os objetivos e metas estabelecidos, a formulação de indicadores que permitam avaliar a implantação do PMSB, e as ações de emergência e contingência.

A referida lei, apresenta em seu artigo 9º:

Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - Elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei, bem como estabelecer metas e indicadores de desempenho e mecanismos de aferição de resultados, a serem obrigatoriamente observados na execução dos serviços prestados de forma direta ou por concessão;

V - Estabelecer os mecanismos e os procedimentos de controle social.

Sendo que, controle social é definido pela lei, em seu artigo 3º, como:

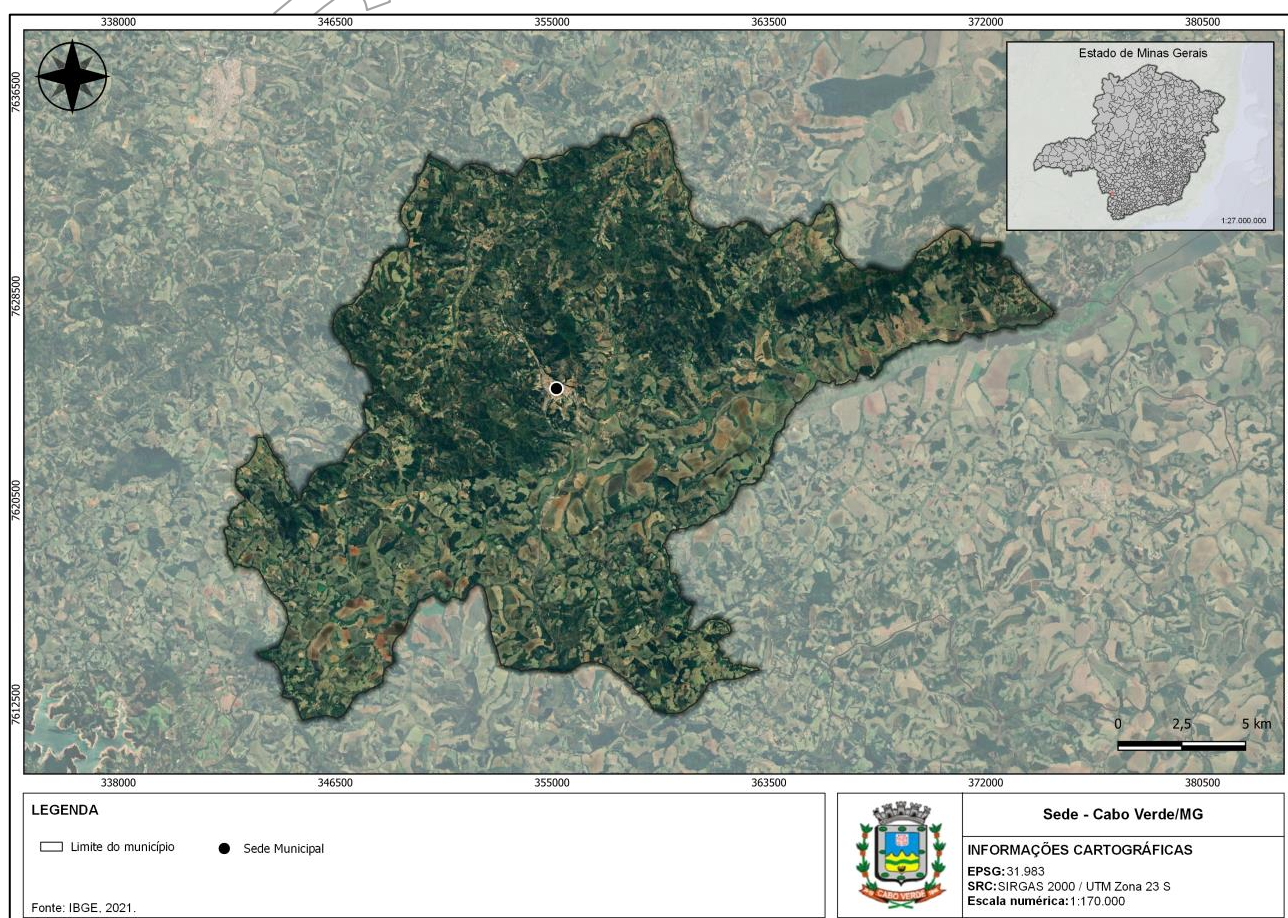
“IV - Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados com os serviços públicos de saneamento básico;”

Com base no exposto, é fundamental a criação de mecanismos que permitam a inclusão social no desenvolvimento do PMSB. Para isso, é necessário a elaboração do Plano de Mobilização Social, que é uma ferramenta fundamental de controle e participação popular, já que nele ficam definidas as maneiras de garantir que a comunidade participe do processo de discussão, decisão e avaliação das ações a serem tomadas pelo poder público e prestadores de serviço. A elaboração de um plano que

tenha coerência com a realidade local viabiliza a participação popular nas ações relativas ao saneamento, contribuindo para que o indivíduo exerça o direito de participação social.

Com base nas premissas impostas pela legislação, foi elaborado o presente Plano de Mobilização Social para o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do Município de Cabo Verde/MG, localizado nas coordenadas geográficas 21°28'19" de latitude sul e 46°23'46" de longitude oeste, conforme o mapa da Figura 1, ocupando uma área de 368,2 km².

Figura 1 - Localização de Cabo Verde/MG.



Fonte: Allpa Saneamento e Meio Ambiente, 2024.

O presente Plano de Mobilização Social integra uma série de produtos que compõem o Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo este o Produto 2 dentre os 7 produtos a serem elaborados.

2. OBJETIVOS

O objetivo do presente Plano de Mobilização Social é apresentar os mecanismos a serem utilizados para envolver e mobilizar toda a comunidade de Cabo Verde/MG ao longo do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, de forma a tornar viável a participação da população e permitir que seus anseios sejam manifestados, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida e maior eficiência no sistema de gestão e gerenciamento dos serviços de saneamento básico.

2.1. Objetivos específicos

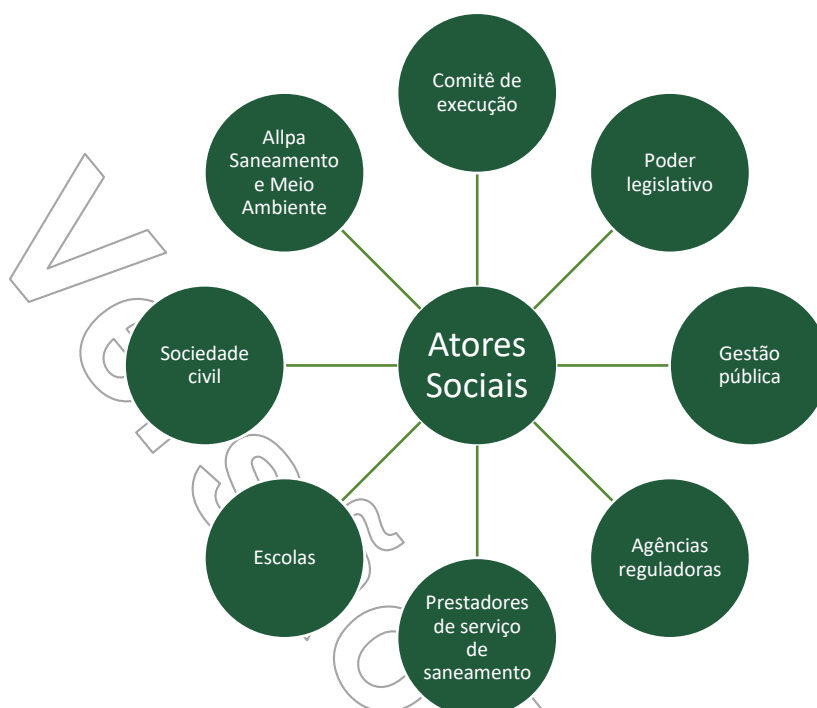
- Apresentar os atores sociais e agentes envolvidos e sua relevância na elaboração do PMSB;
- Cumprir os princípios legais de garantia da participação pública;
- Estimular a participação de toda a sociedade na execução do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Envolver a população nas discussões sobre saneamento básico, de forma a escutar e compreender seus anseios;
- Coletar contribuições, levantar problemas críticos e sugestões para complementação das etapas de diagnóstico e prognóstico;
- Garantir participação social de forma democrática e abrangente;
- Compartilhar amplamente as etapas do processo, bem como os eventos públicos, por meio de canais de comunicação e meios modernos de divulgação;
- Sensibilizar a população quanto a importância de investir em saneamento básico;
- Construir um Plano de Saneamento Básico totalmente aderente à realidade municipal.

3. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS

As políticas públicas que incorporam processos participativos dependem da identificação dos atores sociais envolvidos para serem efetivadas, já que todos os setores têm o direito de identificar problemas e sugerir soluções.

Nesse sentido, os tópicos a seguir irão descrever os atores sociais envolvidos no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, assim como suas responsabilidades e relevância. O fluxograma da Figura 2 apresenta de forma geral quais seriam esses atores.

Figura 2 - Atores sociais envolvidos na elaboração do PMSB.



Fonte: Allpa Saneamento e Meio Ambiente, 2024.

Já o Quadro 1 a seguir apresenta as principais organizações relacionadas aos serviços de saneamento básico, saúde, educação e meio ambiente de Cabo Verde/MG, que serão responsáveis por auxiliar no processo de desenvolvimento, aprovação, execução e monitoramento do PMSB.

Quadro 1 - Principais organizações de Cabo Verde/MG.

SETOR	ORGANIZAÇÕES
Saneamento	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e COPASA
Saúde	Secretaria Municipal de Saúde, clínicas, hospitais e postos de saúde
Educação	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, escolas e universidades

SETOR	ORGANIZAÇÕES
Meio ambiente	Secretaria de Meio Ambiente, Agropecuária, Turismo Ecológico e Rural, ONGs e Institutos que atuam nas causas ambientais

Fonte: Allpa Saneamento e Meio Ambiente, 2024.

3.1. Gestão Pública

É fundamental, durante o processo de elaboração do Plano de Mobilização Social, que todas as partes interessadas sejam envolvidas. Assim, os gestores, líderes das secretarias da prefeitura e demais órgãos públicos devem ser sensibilizados quanto às condições do saneamento básico no município e à importância da participação da comunidade na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

As principais instituições existentes no município que podem contribuir com o Plano de Mobilização Social são:

- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA);
- Secretaria de Meio Ambiente, Agropecuária, Turismo Ecológico e Rural;
- Secretaria de Administração, Planejamento e Desenvolvimento;
- Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- Escolas e outras unidades de educação;
- Secretaria de Assistência Social e Habitação Popular;
- Secretaria de Saúde;
- Unidades de saúde públicas e privadas;
- Secretaria de Suprimentos;
- Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico;
- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
- Secretaria Municipal de Transporte e Estradas Vicinais;
- Defesa Civil.

Os gestores e líderes das secretarias municipais têm como função promover a capacitação e formação em educação ambiental dos servidores, principalmente daqueles que terão interações diretas com o público. Além disso, devem propor mecanismos que permitam o diálogo constante e a participação social, garantindo que todas as decisões sejam tomadas de maneira democrática e inclusiva.

As secretarias têm o papel central de implementar as políticas municipais, incluindo as relacionadas ao saneamento básico. Portanto, a participação das secretarias é crucial para a elaboração do PMSB, pois podem fornecer insights, recursos e apoio técnico, bem como facilitar a coordenação e a colaboração entre diferentes setores municipais. Além disso, irão garantir que as ações relacionadas ao saneamento sejam transparentes e participativas. Portanto, é essencial que essas secretarias façam parte integrante do processo de mobilização social e controle, trabalhando em conjunto com a sociedade civil, organizações locais e demais partes interessadas para alcançar os objetivos estabelecidos na atualização do PMSB.

3.2. Poder Legislativo

Os principais agentes do poder legislativo municipal seriam os vereadores, que têm como função criar leis que regem o município. Sendo assim, é fundamental que eles tenham ciência da importância da elaboração do PMSB e de se investir em saneamento básico, para que possam desenvolver leis, planos, emendas e decretos que atendam às necessidades da comunidade e garantam a preservação ambiental e a sustentabilidade financeira.

3.3. Comitê de Coordenação do Plano (CCP)

O comitê de coordenação demonstrado no Plano de Trabalho (Produto 1) foi definido pelo Decreto nº 039/2024, e será composto por membros da equipe da prefeitura de Cabo Verde e especialistas ligados ao setor de saneamento básico e gestão de serviços públicos como abastecimento de água, saneamento, limpeza urbana, gestão de resíduos sólidos e drenagem urbana.

A finalidade desse comitê é coordenar, de forma técnica, a elaboração da revisão do plano relacionado ao setor de saneamento básico e à gestão dos serviços públicos. Ele visa garantir uma abordagem integrada e eficiente na atualização e melhoria desses serviços essenciais para a comunidade de Cabo Verde.

3.4. Comitê Executivo do Plano (CEP)

O Comitê Executivo do Plano (CEP) será formado pela equipe técnica da Allpa Saneamento e Meio Ambiente, uma empresa com uma equipe diversificada e altamente capacitada. Em colaboração com o apoio da administração pública, do comitê de coordenação e dos responsáveis

por cada aspecto do saneamento, o CEP será encarregado de elaborar os produtos do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Sua finalidade é desenvolver esses produtos com alta qualidade e em conformidade com as diretrizes estabelecidas no contrato, assegurando assim a eficiência e eficácia na implementação das medidas de saneamento básico no município.

3.5. Sociedade civil

O processo de formação, aprovação e implementação do PMSB é permeado pela participação e controle social, já que, além de ser um direito garantido por lei, é fundamental para que as melhorias propostas atendam às necessidades de todos de forma democrática. O Quadro 2 apresenta os principais objetivos da participação social em todas as fases do PMSB, conforme apresentados na cartilha de Mobilização Social da FUNASA (2012).

Quadro 2 - Objetivos da participação social.

FASE	OBJETIVO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Todas as fases	▪ Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social; ▪ Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de salubridade ambiental e saneamento básico, e suas implicações; ▪ Sensibilizar a sociedade para a importância de investimentos em saneamento básico, os benefícios e vantagens; ▪ Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos naturais; ▪ Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental; ▪ Sensibilizar os gestores e técnicos municipais para o fomento das ações de educação ambiental e mobilização social de forma permanente, com vistas a apoiar os programas, projetos e ações de saneamento básico a serem implantadas por meio do PMSB.
Diagnóstico Técnico-participativo	▪ Considerar as percepções sociais e conhecimentos a respeito do saneamento; ▪ Considerar as características locais e a realidade prática das condições econômico-sociais e culturais;

FASE	OBJETIVO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
	▪ Considerar a realidade prática local das condições de saneamento e saúde, em complemento às informações técnicas levantadas ou fornecidas pelos prestadores de serviços; ▪ Considerar as formas de organização social da comunidade local.
Prognóstico e Planejamento estratégico – Cenário de Referência	▪ Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a definição do cenário de referência futuro; ▪ Considerar o impacto socioambiental e sanitário dos empreendimentos de saneamento existentes e os futuros para a qualidade de vida da população.
Programas, Projetos e Ações para Alcance do Cenário de Referência	▪ Considerar as necessidades reais e os anseios da população para a hierarquização da aplicação de programas e seus investimentos; ▪ Considerar o ponto de vista da comunidade no levantamento de alternativas de soluções de saneamento, tendo em vista a cultura, os hábitos e as atitudes em nível local.
Fases posteriores: Produto consolidado, avaliação e previsão do PMSB	▪ Estimular a prática permanente da participação e mobilização social na implantação da política municipal de saneamento básico; ▪ Estimular a criação de novos grupos representativos da sociedade não organizada, sensibilizados e com conhecimentos mínimos de saneamento básico para acompanhar e fiscalizar a execução do PMSB.

Fonte: Adaptado FUNASA, 2012.

3.6. Escolas

As escolas desempenham um papel fundamental na mobilização social, pois podem ser utilizadas como um veículo eficaz para a conscientização e a educação ambiental. Portanto, durante a elaboração do plano, é essencial que as escolas incentivem a discussão de temas pertinentes e promovam a conscientização entre seus alunos.

Os eventos e atividades educativas poderão ser organizados pelas escolas, com o apoio da administração municipal, para informar aos alunos e à comunidade sobre seus direitos em relação aos serviços de saneamento básico de qualidade. Além disso, é importante destacar a relevância desses serviços e as consequências negativas de falta do PMSB. Isso ajudará a enfatizar a

importância da participação da comunidade ao longo do processo de elaboração do plano e a compreensão das medidas que serão implementadas.

Cabo Verde/MG possui um total de 12 escolas, das quais 2 são estaduais, 10 municipais e 1 privada.

3.7. Prestadores de serviço

As empresas contratadas para a prestação dos serviços de saneamento em Cabo Verde/MG terão um papel de grande relevância na elaboração do plano, pois serão responsáveis por oferecer as informações necessárias para que ele seja elaborado de maneira assertiva. Além disso, elas devem permitir e acompanhar visitas técnicas às infraestruturas em que operam para que a equipe técnica de elaboração do plano possa avaliar os sistemas existentes.

Dessa forma, é fundamental que a Prefeitura Municipal informe aos prestadores de serviço sobre todo o processo a ser conduzido, de maneira a estabelecer um canal de comunicação, para que ocorra, com facilidade, o intercâmbio de informações. O Quadro 3 apresenta os prestadores de serviço de cada pilar do saneamento.

Quadro 3 - Prestadores de serviço.

Abastecimento de água	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, através do Contrato de Programa CP nº 1.034.088, com vigência até 2039.
Esgotamento sanitário	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, através do Contrato de Programa CP nº 1.034.088, com vigência até 2039.
Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
Drenagem urbana e manejo de águas pluviais	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Fonte: Allpa Saneamento e Meio Ambiente, 2024.

3.8. Agência reguladora

Segundo a Lei Federal nº 11.445/2007, os municípios que delegarem a prestação dos serviços de saneamento básico deverão delegar também a regulação e fiscalização dos serviços a uma



agência reguladora. Nesse sentido, é importante a participação dela em todos os processos que envolvem saneamento.

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), que possui como agência reguladora a Agência Reguladora de Serviços de Água e de Esgoto Sanitário de Minas Gerais (ARSAE), criada por meio da Lei Estadual nº 18.309/2009.

Já os serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são prestados pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, não possuindo agência reguladora.

3.9. Allpa Saneamento e Meio Ambiente

A Allpa Saneamento e Meio Ambiente, empresa contratada pelo município para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, tem como função:

- Desenvolver todos os produtos seguindo os termos estabelecidos em contratos e legislações pertinentes;
- Disponibilizar ao longo do processo todos os produtos desenvolvidos para que qualquer cidadão tenha acesso;
- Criar mecanismos que permitam aos cidadãos manifestarem suas dúvidas e sugestões pertinentes ao processo;
- Auxiliar na organização e divulgação dos eventos públicos que serão realizados ao longo do processo, para que todos os cidadãos tenham acesso.

4. AGENTES ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DO PMSB

4.1. Identificação dos agentes envolvidos

Os principais agentes envolvidos na elaboração do PMSB estão apresentados na Figura 3.

Figura 3 - Agentes envolvidos na elaboração do PMSB.



Fonte: Allpa Saneamento e Meio Ambiente, 2024.

O agente técnico é a equipe técnica responsável pela elaboração do plano, que no caso de Cabo Verde/MG, seria a equipe da Allpa Saneamento e Meio Ambiente, e tem como função desenvolver os produtos de acordo com as legislações vigentes e com o que foi determinado em contrato.

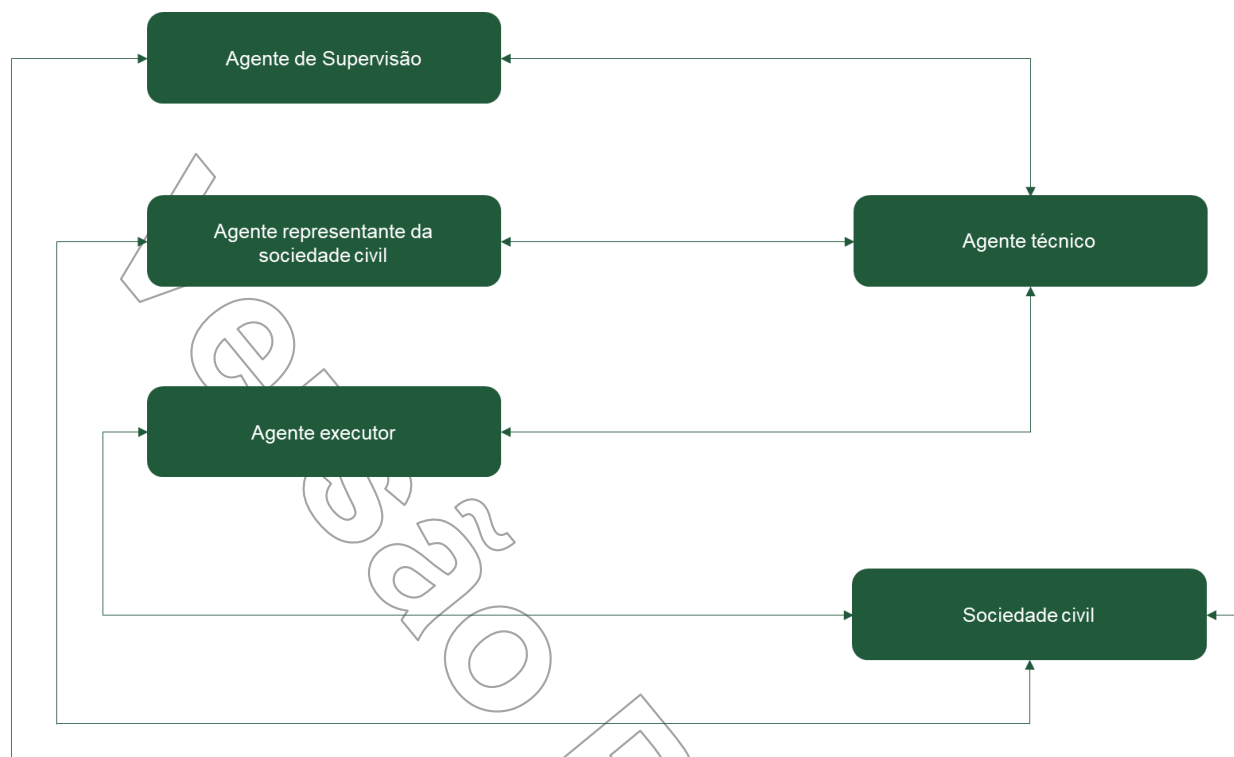
O agente executor atua na divulgação de todas as etapas e eventos do processo de elaboração do PMSB, e no caso de Cabo Verde/MG, seria a Prefeitura Municipal. Já o agente de supervisão, que seriam os membros do Comitê de Execução, tem a função de acompanhar, fiscalizar e aprovar os produtos desenvolvidos pelos agentes técnicos, de forma a garantir que o plano esteja de acordo com o contrato e com as legislações vigentes. Além disso, tem a função de oferecer informações precisas e atuais do município por meio da participação de reuniões técnicas e audiência pública.

Por fim, o agente representante da sociedade civil seriam os munícipes que participam da audiência pública e de outros canais de comunicação, auxiliando na elaboração do plano por meio de informações valiosas sobre a realidade do saneamento básico na região em que residem.

4.2. Relacionamento entre os agentes

O fluxograma da Figura 4 apresenta como eles se relacionam.

Figura 4 - Relacionamento entre os agentes.



Fonte: Allpa Saneamento e Meio Ambiente, 2024.

O agente executor se relaciona com o agente técnico por meio da definição de mecanismos de mobilização social durante o processo de elaboração do plano. Já o agente representante da sociedade civil tem a função de manifestar os anseios da comunidade ao agente técnico, além de validar e contribuir com os produtos elaborados. Por fim, o agente supervisor tem a função de fornecer informações necessárias para o desenvolvimento do plano ao agente técnico e supervisionar se os produtos desenvolvidos condizem com o que foi acordado.

Em contrapartida, o agente técnico tem a função de fornecer os materiais produzidos para estudo e análise dos agentes executor, supervisor e representante da sociedade civil, garantindo que o produto final seja condizente com a realidade local.

A sociedade civil se relaciona com o agente técnico contribuindo com informações sobre o saneamento básico no município e manifestando sua opinião sobre o plano durante os eventos públicos. Todos os agentes se relacionam com a sociedade civil, garantindo que ela tenha acesso a todas as informações e suporte técnico necessários para esclarecer suas dúvidas e necessidades.

5. NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Ministério das Cidades (2011) classificou o nível de participação social de acordo com o grau de envolvimento da sociedade, conforme apresentado no Quadro 4, sendo que o nível 0 seria o pior cenário, em que não ocorre nenhuma participação social, e o nível 6 se refere a um cenário em que a população participa de todo o processo.

Quadro 4 - Níveis de participação social.

NÍVEL	GRAU DE ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE
Nível 0 - Nenhuma	A comunidade não participa na elaboração e no acompanhamento do PMSB.
Nível 1 - A comunidade recebe a informação	A comunidade é informada do PMSB e espera-se a sua conformidade.
Nível 2 - A comunidade é consultada	Para promover o PMSB, a administração busca apoios que facilitem sua aceitação e o cumprimento das formalidades que permitam sua aprovação.
Nível 3 - A comunidade opina	A administração apresenta o PMSB já elaborado à comunidade, mediante audiência ou consulta pública, e a convida para que seja questionado, esperando modificá-lo só no estritamente necessário.
Nível 4 – Elaboração conjunta	A administração apresenta à comunidade uma primeira versão do PMSB para que seja debatida e modificada, esperando que o seja em certa medida.
Nível 5 – A comunidade tem poder delegado para elaborar	A administração apresenta à comunidade uma pré-proposta de plano, junto com um contexto de soluções possíveis, convidando-a a tomar decisões que possam ser incorporadas ao PMSB.
Nível 6 – A comunidade controla o processo	A administração procura a comunidade para que esta diagnostique a situação e tome decisões sobre objetivos a alcançar no PMSB.

Fonte: Ministério das Cidades, 2011.

Para o presente Plano de Mobilização Social, será definido como base o nível 4, no qual há uma elaboração conjunta do PMSB. Para isso, é necessário que diversos grupos organizacionais participem dos eventos de mobilização, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, escolas, cooperativas, igrejas e outros, com o intuito de alcançar um público mais diversificado.

Esses grupos irão auxiliar na conscientização da população por meio de ferramentas de educação ambiental e contribuirão com informações pertinentes para a elaboração do diagnóstico de saneamento básico, a fim de auxiliar na produção de um produto mais assertivo.

Para isso, todas as atividades planejadas para a elaboração do plano serão amplamente divulgadas em todos os meios de comunicação, visando atrair um público amplo e diversificado, garantindo que informações importantes sobre o plano, eventos, audiência pública e oportunidades de participação estejam ao alcance de todos. Isso promove a transparência e a inclusão, essenciais para o sucesso de qualquer iniciativa de planejamento e atualização de planos, especialmente quando se trata de questões importantes como saneamento básico.

6. ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Nos tópicos a seguir, serão descritas as estratégias de mobilização local e em rede, os eventos públicos e suas formas de organização, e os mecanismos de divulgação e comunicação propostos para o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Cabo Verde/MG.

6.1. Estratégia de mobilização local e em rede

A mobilização social prevê o uso de diferentes tecnologias ao mesmo tempo para alcançar todos os públicos em todas as etapas do projeto, contribuindo para um melhor resultado na participação social. É prevista uma estratégia de atuação em duas frentes: a mobilização local e a mobilização em rede.

6.1.1. Mobilização local

Conforme determina a legislação brasileira, é dever do município garantir a participação social das ações relativas ao saneamento básico. Dessa forma, a mobilização local ocorrerá por meio de eventos públicos presenciais que permitirão a participação da comunidade, que, em Cabo Verde/MG, será a audiência pública.

A audiência pública é definida pela Constituição Federal como um espaço de diálogo onde os poderes legislativo, executivo e judiciário debatem junto com a população sobre temas relevantes. Assim, a audiência é um instrumento bastante utilizado na formulação de políticas públicas.

Para a elaboração do plano municipal de saneamento básico, a audiência será uma forma de apresentar o plano aos munícipes de forma expositiva e abrir um debate para coletar os questionamentos, percepções e contribuições dos participantes, além de ser um mecanismo de validação dos produtos elaborados.

Dessa forma, durante a audiência, os munícipes têm a chance de:

- Expressar suas opiniões e preocupações relacionadas ao saneamento básico no município;
- Fornecer contribuições e sugestões para a elaboração do PMSB;
- Questionar autoridades e especialistas sobre questões específicas relacionadas ao saneamento;
- Participar ativamente das discussões e decisões que afetarão o futuro do saneamento básico na região.

A metodologia de organização e os mecanismos de divulgação da audiência pública serão descritos detalhadamente nos próximos tópicos.

6.1.1. Mobilização em rede

A mobilização em rede utiliza diferentes ferramentas de comunicação em massa, desde as convencionais até as mídias digitais, como forma de potencializar a mobilização local e garantir uma maior aderência da população à concepção do plano. Sendo assim, a mobilização em rede complementa a mobilização local.

Os mecanismos de mobilização em rede serão usados para divulgar as consultas e audiência pública, permitir que a população encaminhe suas dúvidas e sugestões, e facilitar o acesso de todos às etapas já executadas dos planos. As metodologias para mobilizar em rede a sociedade serão descritas detalhadamente em um tópico posterior.

6.2. Eventos públicos

De acordo com o termo de referência da FUNASA (2012), os eventos de participação social devem ser apresentados no Plano de Mobilização Social, assim como a metodologia de organização deles, sendo que devem ser organizados de maneira a atrair o maior e mais diversificado público possível.

Para a elaboração do PMSB de Cabo Verde/MG, o evento público de maior destaque é a audiência pública, por ser um instrumento que possibilita o diálogo direto entre a população e a

equipe responsável pela elaboração dos produtos, sendo um meio eficaz de envolver os cidadãos no processo de desenvolvimento do PMSB.

Assim, os principais objetivos da audiência são:

- Apresentar o PMSB de maneira didática e acessível a toda população;
- Permitir que os munícipes esclareçam suas dúvidas, expressem suas percepções e contribuam com sugestões e recomendações, atuando de forma ativa na elaboração do plano;
- Garantir que o processo de elaboração do plano seja inclusivo, transparente e democrático.

6.2.1. Programação da audiência pública

Para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Cabo Verde/MG está prevista uma audiência pública que será realizada ao final da versão preliminar do plano e terá como pauta explicar de maneira didática todo o material produzido, promover uma discussão acerca do conteúdo tratado e coletar as sugestões fornecidas. O tempo previsto para a duração é de no mínimo 2 horas, garantindo que haja espaço suficiente para a participação significativa de todos e o desenvolvimento de discussões produtivas em torno dos trabalhos desenvolvidos.

6.2.2. Data, hora e local

O cronograma presente neste produto apresenta a data da audiência, que será amplamente divulgada pela Prefeitura Municipal, considerando os seguintes critérios:

- Adequação das instalações ao porte do evento, capacidade de acomodação, existência e qualidade do mobiliário e equipamentos disponíveis;
- O local escolhido deve ser de fácil acesso, permitindo que o maior número possível de pessoas participe;
- A estrutura do local deve ser acessível às pessoas com deficiência;
- O local deve ter disponibilidade de uso na data pretendida;
- Infraestrutura mínima de rede, que permite a transmissão online do evento para alcançar um público ainda mais amplo.

Esses critérios garantem que a audiência pública seja realizada de maneira eficaz, envolvendo a maior parte da comunidade e possibilitando a participação ativa de todos os interessados, inclusive

aqueles que não possam comparecer presencialmente. Assim, é dever da Prefeitura Municipal avaliar os possíveis locais que atendam a esses requisitos e definir o melhor horário da audiência.

6.2.3. Estrutura e equipamentos para a audiência pública

Para a realização da audiência, deverão ser providenciados os seguintes itens:

- Local para recepção composto por mesa para que possam ser recolhidas as assinaturas em lista de presença;
- Local de exposição do documento do PMSB para consulta;
- Mesa diretora;
- Mesa para as secretarias;
- Banheiros;
- Bebedouro;
- Sinalização do local;
- Sistema de som e microfone;
- Material multimídia para apresentação;
- Materiais de escritório, como canetas, lápis, borrachas, papéis, cliques e grampeador.

6.2.4. Vistoria técnica

Antes da confirmação do local que sediará a audiência pública, deverá ser realizada uma vistoria por técnicos da Prefeitura e do Comitê de Execução, onde serão avaliados os seguintes tópicos:

- Infraestrutura, segurança, acessibilidade e facilidade de acesso do local;
- A luminosidade;
- A disponibilidade de mesas, cadeiras, bandeiras e toalhas de mesa;
- A quantidade e condições de uso do banheiro;
- A presença de extintores, sinalização de incêndio e saídas de emergência;
- Se possível, testar os equipamentos de sonorização, microfones, equipamentos de gravação de áudio, projetor multimídia, tela de projeção e cabos.

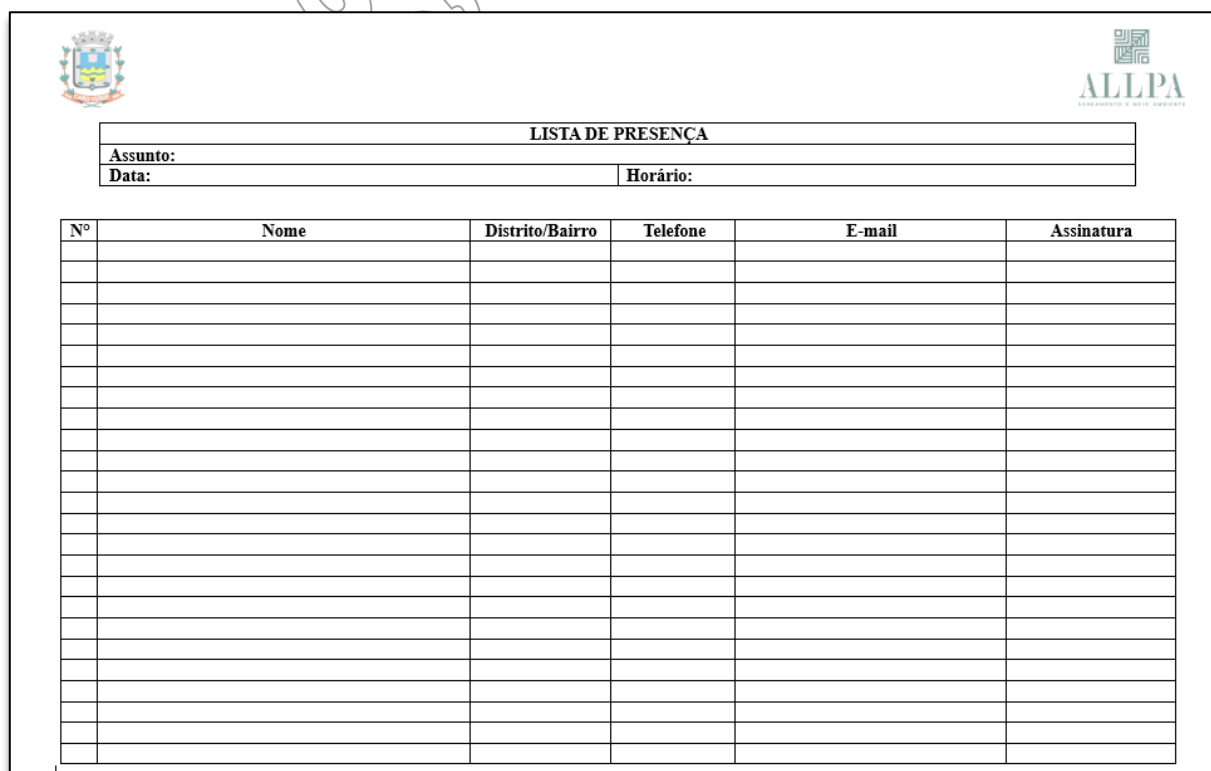
6.2.5. Público-alvo da audiência

Todos os atores envolvidos no processo de elaboração do PMSB, assim como todos os munícipes.

6.2.6. Recepção e credenciamento da audiência pública

A função da recepção será preparar a lista de presença, o credenciamento e a entrega dos materiais de apoio. A lista de presença ficará disponível na entrada do local e será preenchida com o nome completo do participante, local onde reside, telefone para contato e assinatura, além do número de cada participante para se ter controle da quantidade de pessoas, conforme modelo apresentado na Figura 5.

Figura 5 - Modelo de lista de presença.



The figure shows a form titled 'LISTA DE PRESENÇA' (Attendance List). It includes fields for 'Assunto:' (Subject) and 'Data:' (Date), and a section for 'Horário:' (Time). Below these is a table with columns for 'Nº' (Number), 'Nome' (Name), 'Distrito/Bairro' (District/Neighborhood), 'Telefone' (Phone), 'E-mail', and 'Assinatura' (Signature). The table has 20 rows for recording participants.

Nº	Nome	Distrito/Bairro	Telefone	E-mail	Assinatura

Fonte: Allpa Saneamento e Meio Ambiente, 2024.

6.2.7. Metodologia de condução da audiência

A audiência será conduzida pelo Presidente, que será o Prefeito Municipal ou seu representante, com auxílio da equipe técnica da Allpa, e demais participantes do Comitê de Execução da elaboração do plano de saneamento básico. O presidente irá dispor de secretários, definidos por ele, que irão auxiliar na organização dos eventos.

O presidente terá a função de fazer a abertura e fechamento dos eventos, decidir sobre a pertinência das intervenções orais e dos questionamentos elaborados no debate, dispor sobre o tempo de condução da audiência, assim como sua reabertura caso seja conveniente.

Os secretários terão a função de coletar o formulário de dúvidas e contribuições, registrar os conteúdos pertinentes e arquivar a documentação produzida.

A programação da audiência será realizada na ordem a seguir:

- Abertura do evento com a palavra do presidente;
- Apresentação dos objetivos e regras de funcionamento;
- Leitura e exposição de todos os itens das versões preliminares dos produtos do PMSB elaborados até o momento da audiência em questão, realizada pela equipe técnica responsável por sua elaboração;
- Debate mediado;
- Encerramento.

Para garantir um bom funcionamento do debate, será prevista a participação em duas formas:

- **Participação Verbal:** Os participantes que desejarem falar poderão fazê-lo durante a etapa de debate mediado. No entanto, é necessário que se inscreva junto com algum secretário da organização do evento para garantir a oportunidade de falar;
- **Participação Escrita:** Para aqueles que preferirem não falar, mas desejarem contribuir, será disponibilizado um formulário de participação que poderá ser solicitado aos secretários. Este formulário permitirá que os participantes escrevam suas dúvidas e contribuições.

Os formulários serão entregues aos secretários, que repassarão ao presidente para que seja realizada a leitura de algumas das contribuições e sejam respondidas pela equipe técnica alocada na atualização do plano e demais integrantes do Comitê de Execução. A Figura 6 apresenta um modelo de formulário de contribuições que poderá ser usado.

Figura 6 - Modelo de formulário de contribuições.



The image shows a form titled 'Formulário de contribuições' (Contribution Form) for the 'Plano Municipal de Saneamento Básico de Cabo Verde/MG' (Basic Sanitation Municipal Plan of Cabo Verde/MG). The form includes the ALLPA logo and the coat of arms of Cabo Verde. It contains fields for 'Nome:' (Name), 'Telefone: ()' (Phone), 'Localidade:' (Location), and 'Sugestão:' (Suggestion), followed by several blank lines for additional input.

Fonte: Allpa Saneamento e Meio Ambiente, 2024.

Essa abordagem visa garantir que todos tenham a oportunidade de participar do debate, de acordo com suas preferências e estilos de comunicação.

Ao final de cada sessão, será feita a leitura da ata, que é um registro resumido, claro e fiel das ocorrências da audiência. A ata deve ser composta por:

- Cabeçalho contendo o nome do evento;
- Abertura contendo a data, hora do evento e o nome das autoridades presentes;
- Número de participantes;
- Registro das ocorrências.

6.3. Mecanismos de divulgação e comunicação

Os mecanismos de divulgação e comunicação são os meios responsáveis por permitir que as informações sejam disseminadas, nivelando todos os envolvidos, além de receber as demandas e sugestões dos atores, oferecendo-lhes retorno adequado e possibilitando o acompanhamento do plano.

Para facilitar o acesso de todos às etapas do plano, a Prefeitura, em apoio com a Allpa e o Comitê de Execução, deverá criar um sítio eletrônico onde ficarão disponíveis todas as informações existentes. O sítio deve possuir a seguinte estrutura:

- Contextualização do que é o PMSB;
- Todas as informações existentes atualizadas periodicamente;
- Cronograma de planejamento do PMSB;
- Divulgação dos eventos públicos com data, hora e local com a devida antecedência;
- Meio de comunicação onde qualquer cidadão pode enviar suas dúvidas, críticas e sugestões;
- Divulgação da versão preliminar e final para consulta pública.

Pode ser criado tanto um site eletrônico específico para o Plano Municipal de Saneamento Básico, quanto uma página no site eletrônico da Prefeitura Municipal. Outra alternativa seria também a criação de redes sociais específicas para esse fim.

O principal objetivo é ser um canal permanente e facilitador para o acesso às informações do plano, não só no período de elaboração, como também após sua aprovação. A Figura 7 representa um modelo de sítio criado com esse objetivo.

Figura 7 - Exemplo de Website desenvolvido com o objetivo de ser um meio de acesso às informações do PMSB.



Fonte: Prefeitura de Ouro Preto/MG, 2012.

Tanto o sítio eletrônico, quanto os eventos públicos, as informações sobre o plano deverão ser divulgados detalhadamente nos meios de publicidade de Cabo Verde/MG, como:

- Nas rádios locais, como a rádio Onda Verde que opera na 87.9 FM;
- Nas mídias sociais da prefeitura (Instagram, YouTube e Facebook);
- Por meio de carros de som;
- No sítio eletrônico da Prefeitura;
- Por folders.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Controle e Mobilização Social tem como objetivo apresentar as etapas, os mecanismos e os eventos previstos para mobilizar a sociedade de Cabo Verde/MG no processo de elaboração do PMSB, de forma a incluir o maior número possível de pessoas em seu desenvolvimento.

Inicialmente, foram identificados os atores sociais necessários para que o plano seja elaborado com êxito, também foi descrita a forma de atuação de cada um deles. Posteriormente, foi detalhada a estratégia de mobilização social, que incluía a mobilização social local e em rede, os eventos públicos, os meios de divulgação e os grupos de trabalho. Destaca-se que nos eventos públicos foi descrita toda a metodologia para elaboração da audiência pública, construindo assim, todo o detalhamento necessário para que o processo de elaboração até a aprovação do PMSB esteja aderente à legislação vigente, e, principalmente, à realidade municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010.** Regulamenta a lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014.** Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 11.445, 5 de janeiro de 2007.** Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 11 de março de 2024.

BRASIL. **Lei 14.026, 15 de julho de 2020.** Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 11 de março de 2024.

FUNASA. **Caderno Temático de Saneamento Básico – Mobilização Social.** Cartilha. 2012.

Macedo *et al.* **Proposta de Modelo para a Implantação de um Plano de Mobilização Social na Elaboração do PMSB.** Artigo. GETEC. Vol 11. Pag 110-129. 2022.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Participação Social.** 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social>. Acesso em: 12 de março de 2024.

Prefeitura Municipal de Ouro Preto. **Sítio eletrônico para acesso ao PMSB do Município.** 2012. Disponível em: < <https://ouropreto.mg.gov.br/transparencia/pmsop>>. Acesso em: 13 de março de 2024.